

A fala do entrevistado como narrativa: encontros possíveis entre o psicólogo e a história oral a partir das contribuições de Alessandro Portelli

The interviewee's speech as narrative: possible encounters between the psychologist and the oral history analysed from Alessandro Portelli's contributions.

Cristine Monteiro Mattar

Resumo:

O artigo traz contribuições da História Oral para a entrevista psicológica, esta última como espaço privilegiado para o retorno da narrativa no contemporâneo. Iniciando com as histórias contadas em um ambulatório público de psicologia, propondo outra escuta e outro olhar para as falas, silêncios e gestos que se colocaram em cena, apresenta as contribuições de Walter Benjamin sobre a narrativa. Destaca, a seguir, as contribuições da História Oral, em especial, as de Alessandro Portelli, cujas proposições para o encontro entre entrevistador e entrevistado em uma procura histórica se aproximam do que acontece em uma entrevista psicológica. Elas permitem afastar, sem medo, as preocupações com uma impossível neutralidade, com análises e interpretações teóricas e deixam os ouvidos livres para aquilo que lhes é dito, as histórias narradas por pessoas de “carne e osso” e escutadas por psicólogos também “encarnados”, que compartilham do mesmo mundo enquanto contexto de significações sempre em jogo.

Palavras-chave: Entrevista Psicológica, Narrativa, História Oral, Alessandro Portelli.

Abstract:

This article brings contributions from the Oral History to the psychological interview, this one seen as a privileged space to the return of narrative to the contemporaneous. Starting with the stories told in a psychology public clinic, suggesting another way of listening and another way of observing the speech, silence and gestures put in scene, presents the Walter Benjamin's contributions about the narrative. The text, then, focuses on the contributions of the Oral History, especially Alessandro Portelli's, whose propositions to the encounter between interviewer and interviewee, in a historical search, approximate to what occurs in a psychological interview, as they allow to withdraw, without fear, the worries about an impossible neutrality, with theoretical analysis and interpretations, freeing the ears to listen to what is actually told, stories told by people in "flesh and blood" and listened by psychologists also "incarnate", who share the same world as context for the meanings always taking place.

Key-words: Psychological interview, Narrative, Oral History, Alessandro Portelli.

Entrevista psicológica: a fala do entrevistado como uma narrativa

Em uma definição da entrevista psicológica, temos

um conjunto de técnicas de investigação, de tempo delimitado, dirigido por um entrevistador treinado, que utiliza conhecimentos psicológicos, em uma relação profissional, com o objetivo de descrever e avaliar aspectos pessoais, relacionais ou sistêmicos (indivíduo, casal, família, rede social), em um processo que visa a fazer recomendações, encaminhamentos ou propor algum tipo de intervenção em benefício das pessoas entrevistadas (TAVARES, 2000: 45).

Esta definição objetiva diz o que se passa em uma entrevista? Parece fazer empalidecer até desaparecer toda a sua riqueza.

Podem os relatos ouvidos semanalmente em um ambulatório de psicologia, contrariando a definição acima, ser vistos como narrativas, histórias de vida, fontes orais, as quais, ao mesmo tempo em que são contadas de forma singular, remetem ao contexto social, histórico, cultural e político que sempre adentra o espaço nada reservado da entrevista *psí*?

Segundo Benjamin (1994), o narrador não está mais entre nós. A experiência da arte de narrar está desaparecendo, a ponto de ficar embaraçado aquele a quem se pede que narre alguma coisa em um grupo. É como se não tivéssemos mais a faculdade de intercambiar experiências, antes algo seguro e que parecia inalienável.

Este processo se intensifica a partir da I Guerra Mundial, quando se observa que os combatentes voltavam mudos dos campos de batalha, “mais pobres em experiência comunicável” (BENJAMIN, 1994: 198). É a experiência transmitida de pessoa a pessoa que recorre o narrador. Mesmo escrita, a melhor narrativa será aquela que mais se aproxima das histórias orais de narradores anônimos.

A narrativa tem sempre uma dimensão utilitária, um conselho, uma moral da história, uma sugestão prática, da qual cada ouvinte irá se apropriar de forma singular. Um conselho é uma experiência comunicável e dar conselhos úteis depende do que foi experienciado. Quando a experiência e sua sabedoria deixam de ser valorizadas, comunicáveis e comunicadas, o conselho desaparece.

O autor atribui o desaparecimento da narrativa a dois indícios: o surgimento do romance e a valorização da informação no período moderno. Estabelece uma diferenciação entre o romance, a informação e a narrativa, que passo a descrever.

O romance está vinculado ao livro; logo, sua difusão só se faz através da imprensa, e não mais da tradição oral. Não procede da tradição oral nem

a alimenta, pois tem origem no indivíduo isolado, segregado, que não fala mais exemplarmente sobre suas preocupações, não recebe e nem sabe dar conselhos. Leva o incomensurável aos seus últimos limites, falando de uma vida cuja riqueza causa perplexidade naquele que a vive. Tem seus primórdios na Antigüidade, mas encontra terreno favorável ao seu florescimento na burguesia ascendente. A memória do romancista é perpetuadora, a reminiscência torna-se rememoração. O romance se movimenta em torno do sentido da vida, de uma vida, seu leitor é solitário. No romance a vida é lembrada, memorada. A vida e o destino alheios do personagem do romance aquecem a “vida gelada” do leitor do romance. (idem: 214).

A informação volta-se para acontecimentos próximos, que se tornam mais importantes. Aspira a uma verificação imediata, deve ser plausível. Os fatos já chegam acompanhados de explicações, através das notícias, empobrecendo a possibilidade de surgirem histórias surpreendentes.

Finalmente, em uma narrativa o narrador conta o que retira da experiência, tanto a sua quanto a relatada pelos outros, incorporando à sua narrativa a experiência dos seus ouvintes. Seu saber vem de longe, de terras estranhas ou da tradição de outras épocas. Dispõe de uma autoridade válida, ainda que não seja controlável pela experiência. Recorre ao miraculoso, sem a preocupação de que seja plausível, evitando explicações. O extraordinário é narrado com exatidão, mas sem impor ao leitor o contexto psicológico da ação, deixando-o “livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação” (BENJAMIN, 1994: 203). A narrativa é concisa, salvando-se da análise psicológica do romance, o que facilita sua memorização. É uma forma artesanal de comunicação, que não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório, mas mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Na narrativa se imprime a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do

vaso. A narrativa como uma arte manual se opõe à técnica industrial. O narrador, como o cronista, se diferencia do historiador, que escreve a história e é obrigado a explicar os episódios. O narrador e o cronista não se preocupam com o encadeamento exato de fatos determinados, “mas com a maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas” (idem: 209). A memória do narrador é breve, consagrada a fatos difusos. A reminiscência aqui é memória. A narrativa se movimenta em torno da moral da história: quem escuta ou lê uma história nunca está só, mas sempre em companhia do narrador. Na narrativa, a vida é real.

O entrevistado em uma entrevista *psicológica* não é um informante, nem um herói romântico, mas sim um narrador. Sai do isolamento e comparece com sua experiência. Seu saber vem de longe, de outros lugares e de outras épocas e sua fala é válida, sem a preocupação de que seja plausível. Não há explicações para os gestos, as falas e os silêncios. O extraordinário da sua experiência singular é narrado com exatidão, sem impor ao entrevistador o contexto psicológico da ação, deixando-o livre para interpretar a história, pois várias interpretações são possíveis. Logo, não há interesse em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório, pois a coisa surge mergulhada na vida do narrador, que imprime sua marca na narrativa. Não se trata de aplicar uma técnica, mas de uma arte manual, em que o sentido vai sendo tecido por ambos, entrevistado e entrevistador. Não há obrigação de explicar os episódios nem de encadear exatamente fatos determinados, pois se inserem “no fluxo insondável das coisas” (idem, 1994: 209).

Penso que uma entrevista psicológica constitui-se em espaço privilegiado para o retorno da arte da narrativa no contemporâneo, ou melhor, para sua escuta, uma vez que, neste caso, não desapareceu, mas deixou de ser considerada.

No ambulatório de psicologia da Policlínica Almir Madeira, em Niterói, chegam dezenas de pessoas semanalmente (cerca de vinte e seis

marcações), que relatam o que as levou a procurarem este setor e o que esperam deste encontro. Considero que uma análise destas entrevistas deverá levar em conta não o sentido científico moderno do termo análise, da divisão em partes menores para estudo e busca da verdade, mas sim o seu sentido originário, que vem do grego *analisein*, e possui significados muito interessantes para quem se propõe a ouvir o relato alheio. *Analisein* remonta à Odisséia de Homero e descreve o que Penélope fazia todas as noites, desfazer a trama que ela tecera durante o dia. Significa o desfazer de uma trama a fim de revelar o próprio tecer, mas também soltar, soltar as algemas de um preso, libertar alguém da prisão, ou ainda desmontar os pedaços de uma construção. Considero que as narrativas são tramas que revelam as dobras do tecido histórico em constante tecer, destecer e re-tecer, experienciado por ambos, entrevistado e entrevistador. Segundo Rodrigues (2005), Portelli diferencia a fábula da trama, pois enquanto a primeira meramente agrega fontes orais a outras fontes históricas, em uma seqüência lógico-causal da narrativa, na trama – forma como o narrador dispõe os materiais – as fontes orais se tornam únicas e insubstituíveis. Desta forma, “a organização da narrativa revela grande parte das relações dos falantes com sua história”, sendo a subjetividade assunto da história tanto quanto os fatos visíveis. (PORTELLI, apud. RODRIGUES, 2005: 176). Para Portelli, a subjetividade é concebida como “relações entre o sujeito e a história; melhor dizendo, aliás, o próprio sujeito corresponde a relações com a história” (RODRIGUES, 2005: 176).

Citarei como exemplo destas tramas quatro relatos onde percebi claramente o espaço da entrevista psicológica como um espaço narrativo, onde se contam histórias, inviabilizando qualquer pretensão de se pensar em uma psique isolada, interiorizada, apartada do mundo da vida. Nestas narrativas individuais, fenômenos sociais são trazidos, como relações de trabalho, poder, exploração, violência, discurso higienista, mal-estar, globalização e outros.

Na primeira cena chega um senhor de quase setenta anos que sente fortes dores nas costas. Ao sentar-se tem dificuldades para encostar-se no sofá, mantendo-se inclinado. Não pode ser operado, o que faz com que constantemente sinta dor, pouco amenizada por medicamentos. Após o relato de suas peregrinações por médicos e hospitais, sem solução para o seu caso, conta um pouco de sua história. Trabalhou na Secretaria de Obras do município até se aposentar, na construção das calçadas nas ruas. “Fiz muitas calçadas da cidade”, conta com orgulho, “quebrei muita pedra”. Em seguida, revela que sua mulher tem câncer de mama e, ao falar nela, chora bastante. Neste momento recosta-se pela primeira vez no sofá, revelando que não é só sua coluna que dói. Ao final da entrevista, me senti estranhamente responsável por aquela dor. Jamais havia imaginado, ao caminhar distraidamente pelas calçadas, que alguém as construiu até ficar incapacitado para qualquer outra coisa, restando-lhe apenas as dores intensas como reconhecimento por seu trabalho.

Em outra cena uma mulher de 48 anos, merendeira, relata que seu filho foi morto após uma discussão com garotos do tráfico, talvez com a mesma idade daqueles para os quais ela prepara as refeições em sua escola. No bairro onde mora quem dá as ordens é o chefe do tráfico local. O próprio assassino foi à sua porta avisar onde estava o corpo. Todos sabem quem foi, mas a lei é silenciar, temendo represálias. A imagem do filho morto não sai de seu pensamento. Conta que era ele quem fazia as rabanadas no natal, e também quem preparava os churrascos em família, a fim de poupá-la do trabalho. Era ele também quem consertava tudo em sua casa. Ao morrer, deixou a mulher e dois filhos pequenos.

Enquanto ingere medicação psiquiátrica, tenta afastar a idéia recorrente de “fazer uma besteira”: matar os que “levaram” seu filho. Pouco tempo depois fica sabendo que o assassino do filho foi morto, de forma trágica, a mando do próprio “chefe”. “Seu corpo foi aberto de cima em baixo”, diz. Todos os membros do grupo foram sendo mortos em um curto espaço de

tempo. Ela conta que tentou algumas vezes interromper o uso dos medicamentos por conta própria, mas logo depois começou a sentir “aquele desespero” retornando, o que a fez voltar ao psiquiatra para buscar novas receitas. Embora tenha ficado com medo de que algo mais acontecesse a ela ou à sua família, não vê possibilidade de mudar de endereço, pois sua casa é própria, mas não legalizada, pois o terreno foi adquirido por “posse” e, além disso, não conseguiria vender em função dos riscos do lugar. Lembro Bauman (1999) que fala em um mundo dividido entre “turistas” e “vagabundos”. Os primeiros se movem à vontade no fluido cenário da vida contemporânea do chamado mundo globalizado. Os segundos, sem os equipamentos necessários para a situação de deriva em um “mar tempestuoso”, são obrigados a ficar quando gostariam de partir, ou a sair quando prefeririam fixar-se.

Terceira cena: uma mulher de 50 anos entra, senta e mostra o dedo polegar da mão direita. Está bastante inchado, vermelho, e noto que não tem mais a unha, apenas uma pequena parte desta na ponta, endurecida. Seu relato é de dor neste dedo, bem como na mão e no braço, em conseqüência de uma infecção. Por que veio à psicologia? A dermatologista a encaminhou. Ela não sabe o porquê. Trabalhava como manicure e agora não tem como se manter, sendo ajudada pela filha, que também passa por dificuldades financeiras. Não consegue trabalhar por causa da dor e também pela aparência de sua mão, que faz com que as clientes pensem haver alguma doença contagiosa. Solicitou à médica um laudo que atestasse o seu estado para levar à perícia e começar a receber o benefício de um salário mínimo pelo INSS. A “doutora” recusou-se a fornecer-lhe o laudo, dizendo-lhe que ela pode trabalhar. Sugeriu-lhe, inclusive, que usasse luvas para o trabalho (!). E, em seguida, que fosse ao psicólogo. A escuta surda não ouve o som da vida difícil, do dedo inchado e machucado, do direito ao laudo e ao ínfimo “benefício” (BAPTISTA, 2000). Estaria pensando a médica que a mulher queria se aproveitar do benefício para ficar “encostada”? As falas do

higienismo ecoaram fortemente neste momento: a imagem do pobre preguiçoso, da massa de vagabundos que aproveita qualquer oportunidade para fugir ao trabalho; a idéia de que não têm direito a receber se não trabalharem, mesmo estando doentes; de que existe “essa gente” que faz corpo mole e que não quer nada. Vozes da urbanização e do poder-saber médico e disciplinador ordenam à mulher: “se as clientes temem sua aparência, use luvas. Seu lugar é no trabalho”. Em Niterói, “cidade-sorriso” da qualidade de vida, dos famosos projetos arquitetônicos e da alta especulação imobiliária, não há lugar para o dedo inchado da manicure. Levada ao médico de plantão naquela tarde, consegue obter o laudo e o encaminhamento à perícia.

Na quarta e última cena, convido para entrar na sala uma mulher de 61 anos. Veio encaminhada pela clínica geral. Sua hipertensão, antes controlada, ficou fora de controle há um ano. Diz não saber se é ela ou o filho quem precisa de ajuda. Ele tem 34 anos e é pintor, acostumado a trabalhar em lugares altos. Em um domingo avistou uma “cafifa”¹ e subiu no telhado de um galpão para persegui-la. Caiu de uma grande altura sobre um monte de areia, esmagando o braço direito. No hospital se intentava a amputação, mas um dos médicos foi contra, o operou, recuperando o braço. Ficaram seqüelas no movimento. Sua mulher, com quem vivia há 16 anos e tinha 3 filhos, envolveu-se com outro. Ao descobrir, ele saiu de casa, mesmo sendo apaixonado por ela. Sentiu muita tristeza, desistiu de trabalhar. A mãe começou a cuidar dele, pagou suas dívidas, porém sente-se sobrecarregada, tendo que preocupar-se de novo com o filho que já possuía uma vida independente e definida. Sua rotina se modificou. Crê que tudo isto fez sua pressão subir agora, porque já sofreu muito no passado, e começa a relatar sua história. Vivia na “roça” com os pais e nove irmãos, a família era muito pobre. Foi enviada à cidade com 6 anos, para uma casa onde “terminariam de criá-la”. Lembra-se de ter descoberto logo no primeiro dia que estava ali como empregada. “Eu era explorada”. Tomava conta de três crianças e

cozinha. Conseguiu ser mandada de volta à família depois de “dar um tapa” no rosto do patrão. Aos 11 anos a mãe a enviou a outra casa, onde ficou por mais de dez anos, saindo casada, como havia prometido à mãe. Cuidava de quatro crianças, limpava toda a casa, que tinha “altos e baixos”. Queria ter estudado, mas era difícil. Quando chegava da escola, à noite, ainda tinha que preparar a mamadeira de todas as crianças. A patroa trabalhava em uma escola, mas nunca a incentivou a estudar.

Como não tinha sido registrada ao nascer, decide ir sozinha a um cartório. Estava então com 18 anos. Ao chegar a casa, a patroa lhe diz, em tom irônico: “Então agora você é gente, está registrada, virou gente?!”. Era o final da década de 60. Época da ditadura militar, mas também da Contracultura, do maio de 68, das reivindicações pela liberdade de ação e expressão. Ali, porém, naquela casa localizada na zona sul da cidade, as vozes agora eram ecos da casa grande e da senzala, da divisão entre quem tem e quem não tem o direito de se considerar “gente”. Recordamos a culpabilização, uma das funções da subjetividade capitalística², segundo Guattari, que “[...] consiste em propor sempre uma imagem de referência a partir da qual colocam-se questões tais como ‘quem é você?, ‘você que ousa ter uma opinião, você fala em nome de que?’, ‘o que você vale na escala de valores reconhecidos enquanto tais na sociedade?’” (GUATTARI, 1999: 40-41). Ao avisar que iria embora, após casar-se, conta que a patroa ficou um mês sem falar com ela e não a ajudou em nada. Era *culpada* por querer sua liberdade. “Ela não queria perder a escrava”, diz. Não havia outro lugar a ocupar a não ser o de não-gente, sem registro, sem instrução nem liberdade, apenas força de trabalho sendo utilizada. “Não tive infância. Nunca me ajudaram, por isso ajudo meus filhos”.

Além destas, muitas outras histórias, como a da professora que acumula empregos e ingere antidepressivos e ansiolíticos para “enfrentar” o dia-a-dia na escola e suportar a insatisfação salarial; o guarda municipal que se queixa da ordem de reprimir vendedores ambulantes nas ruas, sendo

obrigado a recolher toda a “mercadoria”: se não fizer, sofrerá represálias. Estas e inúmeras situações desfilam semanalmente no espaço do atendimento psicológico. Há o que chega e não diz nada, apenas senta no sofá e começa a chorar. Outros descrevem dores físicas, mostram exames, cicatrizes no corpo e os remédios que vêm utilizando. Baixos salários, medicalização, trabalho estressante, morte, são temas levados para o psicólogo, mostrando um panorama bem diferente daquele clássico que previa apenas, ilusoriamente, o acolhimento de questões de âmbito privado, familiares, sentimentais, íntimas. Os entrevistados narram sua vida, seu dia-a-dia, suas experiências e inquietações. Falam das dívidas, do nome no SPC³, dos projetos, afetos, expectativas, frustrações.

Ao mesmo tempo em que todas estas histórias “arrombam” as pretensões intimistas, é preciso atenção ao risco sempre presente de cair na mesma armadilha, onde toda e qualquer questão da vida deve ser levada ao profissional de psicologia e depositada ali, e com isto despotencializada, enfraquecida, silenciada, isolada, sufocada. Daí a tentativa de, com este trabalho, compartilhar estas histórias, trazê-las para fora das quatro paredes, sair do confinamento, a fim de evitar, como afirma Baptista (2000), a reprodução da “fábrica de interiores”, que promove a escuta surda, um modo de escuta clínica que só atenta para o íntimo, o privado, mas que não ouve os sons políticos, históricos, sociais presentes nos discursos e nas práticas, fabricando o “indivíduo” apartado de seu contexto. Não é possível pensar em demanda psicológica apartada de suas articulações com o tecido sócio-histórico contemporâneo. As queixas e relatos daquele que chega ao ambulatório de psicologia falam do contexto mais amplo, descrito por alguns sociólogos e filósofos como líquido (BAUMAN, 2007), flexível (SENNETT, 2003), fragmentado e desfilado (CASTEL, 1993), hipermoderno (LIPOVETSKY, 2004), desterritorializado (GUATTARI, 1990). Para aqueles que não possuem as habilidades e equipamentos necessários para navegar em águas tempestuosas, e mesmo para os que os têm, resta sentir o mesmo

mal-estar de terem que mover-se incessantemente sem linha de chegada à vista. Depressões, pânico, compulsões, medicalização, desespero, escoam do social para as clínicas psicológicas. Segundo Rauter (1995), o psicólogo tem sido chamado para falar do que ninguém quer falar, para lidar com aquilo com que não se quer lidar: a doença, a infância, a velhice, a morte, as relações afetivas têm sido vistas como questões para o psicólogo resolver. A partir disto, questiono: não estaria o psicólogo se reduzindo ao papel de mero “guardião do mal-estar”⁴, calando-o entre as quatro paredes do sigilo profissional? O que fazer com os relatos que chegam diariamente, os quais, embora singulares, interligam-se pela vida que vêm levando lá fora seus enunciadorees? Acredito que haja outras possibilidades para uma escuta-intervenção psicológica que possa retirar ambos, psicólogo e “paciente”, do lugar da impotência-desistência que mantém a imobilidade. Este trabalho é uma delas, pois, ao articular entrevista psicológica e história oral, objetiva possibilitar que as narrativas ouvidas não sejam silenciadas por interpretações psicologizantes e que as recomendações seguidas pelo historiador oral surjam como alternativas também para o psicólogo que não se contenta mais com os modelos pré-estabelecidos de escuta do “íntimo”, pois quer ouvir os sons das ruas, respirar o cheiro das lutas, enxergar as olheiras, cicatrizes, esperanças e cores de quem lhe fala. Concordo com Rauter (1995) quando afirma que o lugar do psicólogo pode ser visto como estratégico, sendo um profissional da palavra que está colocado “em sua prática na rede pública no coração da problemática da subjetividade contemporânea e esta é a importância do seu trabalho, imediatamente implicado com a produção de subjetividade e suas políticas”. (RAUTER, 1995: 74).

Não há como ignorar que, durante as entrevistas, fatos, práticas e discursos adentram o espaço “psi”: notícias do tráfico, das mortes, narrativas de dor e impotência, insatisfação com as condições de trabalho, notícias da cidade, sonhos, perdas. O mundo “lá fora” se apresenta sempre em uma

entrevista “psicológica”, como em qualquer outra, algo óbvio, mas muitas vezes esquecido ou desconsiderado. Se, como afirma Portelli⁵ (1997a: 29), “fontes orais são fontes narrativas”, penso que se pode considerar a narrativa em uma entrevista psicológica uma riquíssima fonte histórica oral, via de acesso ao contexto histórico contemporâneo daquele que fala e daquele que ouve, pois “somos agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la” (PORTELLI, 1997b: 13). Nesta mesma direção, propõe ele que:

Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e pouco evitados. Como historiadores orais (e como psicólogos), nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência (PORTELLI, 1997b: 17).

Contribuições da História Oral para a entrevista psicológica

Seguindo Benatti (2000), a história é sempre narrativa no sentido literário, embora a pretensão positivista tenha buscado, ingenuamente, torná-la uma ciência neutra e objetiva, seguindo o modelo das ciências naturais. Esta história que se pretende científica é também ela uma invenção, uma ficção; é aquilo que tentou expurgar. Hoje há um movimento de reconhecimento da narrativa na escrita da história, com a crise dos grandes modelos explicativos. Assumidamente próximo da escrita literária, o historiador não deverá deter-se apenas no fazer da história um belo jogo de palavras, destinado ao deleite estético, mas sim radicalizar a crítica da própria noção de verdade com que opera o saber histórico, evidenciando as exclusões operadas por toda ordem do discurso. Destaco, principalmente, entre as idéias deste autor, sua proposição de fazer da história um lugar onde a linguagem, ela própria, produza acontecimentos, novas respostas a

novos problemas. Acrescentaria que, em uma entrevista, esta produção do novo se faz sempre presente como possibilidade. A História Oral, especialmente a partir dos oralistas italianos, vem ao encontro desta proposição.

Rodrigues (2005) cita os três momentos-vertentes que caracterizariam o movimento da história oral, dividido entre arquivistas, ativistas e acadêmicos. O primeiro surgiu com Allan Nevins na Universidade de Columbia na segunda metade da década de 40. No segundo, a história oral é a “história vista de baixo”, aclamada pelo movimento da contracultura e da nova esquerda na década de 60, que surge em oposição ao modelo de história política, positivista, propagadora da fala das elites, e que pretende saber, pela voz dos “excluídos”, o que realmente aconteceu. No terceiro movimento, no final dos anos 70, a memória torna-se alvo de análise histórica, e acontece a internacionalização da disciplina. Os acadêmicos consideram ingênua a convicção dos ativistas de que a memória seria neutra, espontânea e fidedigna em seu recordar. No entanto, ao criticarem a suposição de fidedignidade, terminam por manter viva a preocupação com a verdade. Neste contexto é que, para Rodrigues (2005), as contribuições singulares dos oralistas italianos, com destaque para as de Alessandro Portelli, merecem celebração, ao abandonar as inúteis preocupações com uma suposta, impossível e desnecessária fidedignidade mnemônica. Aliás, a ausência desta fidelidade é justamente o que confere riqueza às fontes orais. A preocupação com a análise da memória como justificativa para uma afirmação da cientificidade da História Oral, tão almejada pelos acadêmicos, no intuito de retirá-la do lugar de marginalidade e suspeita, ou da “simples” militância, dá lugar à exploração das cinco peculiaridades das fontes orais: oralidade, forma narrativa, subjetividade, credibilidade diferente da memória e relação entre entrevistador e entrevistado (RODRIGUES, 2005), todas inevitavelmente presentes na chamada entrevista psicológica.

Entrevista significa “vista e conferência entre duas ou mais pessoas em local combinado” (CUNHA, 1986). Resumindo, ver e conversar com alguém, algo muito próximo das idéias de Alessandro Portelli, em função do tratamento informal que este dá à história oral, que é, como a entendo, um “prosear”, sem nenhuma pretensão à cientificidade, pois reconhece a multiplicidade das narrativas que impede o entrevistador de se considerar depositário de uma verdade única. Esta espontaneidade da conversa é mantida por Portelli em suas entrevistas. Todavia, embora distanciado de uma preocupação objetivista-positivista com a verdade, este autor alerta que não se trata de abandonar a “utópica busca da verdade”, o que significaria adotar a “premissa irresponsável de que todas as histórias são equivalentes e intercambiáveis”, tornando-as “irrelevantes” (PORTELLI, 1997b: 15) – o que seria um outro modo de neutralizá-las. Aliás, a palavra grega para verdade, *Alétheia*, diferentemente da latina *Veritas* – a verdade como uma representação correta da realidade – corrobora esta possibilidade de unir verdade e multiplicidade narrativa, uma vez que *alétheia* significa desocultamento, desvelamento, não-esquecimento, em função do prefixo a-, de negação, e do substantivo *léthe*, esquecimento.

É o não-esquecido, não-perdido, não-oculto; é o lembrado, encontrado, visto, visível, manifesto aos olhos do corpo e ao olho do espírito. É ver (e não teorizar) a realidade. É uma vidência e uma evidência, na qual a própria realidade se revela, se mostra ou se manifesta a quem conhece. A palavra grega difere de duas outras que vieram, com ela, formar a idéia ocidental da verdade: a palavra latina *veritas*, que se refere à veracidade de um relato; e a palavra hebraica *emunah*, que significa confiança numa palavra divina. *Alethés*, o verdadeiro, significa: o não-esquecido, o não-escondido [...] (CHAUÍ, 2002: 494).

A verdade compreendida como desvelamento, aquilo que aparece, que vem à luz, está sempre presente no encontro entrevistador-entrevistado,

como aquilo que se desvela, sempre em movimento, e que, ao mesmo tempo, sai do esquecimento. Ao lado da “vontade de saber ‘como as coisas realmente são’, uma atitude aberta às muitas variáveis de ‘como as coisas podem ser’” (PORTELLI, 1997a: 15). Ao invés da memória como depósito de conteúdos do passado, que tivessem permanecido intactos e estagnados até que alguém decidisse perguntar, a memória como constante desvelamento, invenção, não esquecimento, que recria o passado em lugar de preservá-lo intacto.

Interessar-se por aquilo que o entrevistado deseja contar, valorizar e respeitar sua história atualizada pela memória na sua fala, talvez possa preservar o encontro entrevistador-entrevistado dos riscos do que Portelli (1996) chama de preconceito classista, que divide o materialismo das fontes e a intelectualidade do entrevistador, os “fatos” e a “filosofia”, trabalho manual e trabalho intelectual, subjetividade da fonte e objetividade do cientista neutro. Para exemplificar, lembra a história do ex-escravo Frederick Douglass, que consegue fugir e se envolve com o movimento contra a escravidão no século XIX. Douglass torna-se “um orador muito solicitado pela eloquência com que narra suas próprias experiências como escravo” (PORTELLI, 1996: 59). No entanto, os dirigentes brancos e instruídos do movimento abolicionista pediam que sua exposição se limitasse aos “fatos”, deixando para eles a tarefa de “filosofar”. Portelli discorda desta divisão, lembrando que a fonte oral é uma pessoa que não aceitará reduzir sua vida a um conjunto de fatos disponíveis à filosofia dos outros; que há filosofia implícita nos fatos, e que “a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar” (idem: 2). Da mesma forma, em uma entrevista, não será o entrevistador que irá desvelar a verdade dos fatos narrados pelo entrevistado. A narrativa já é uma interpretação de significados da experiência, um desvelamento da verdade, e ouvi-la também o é. Não há um lugar a se chegar que esteja além da própria atribuição de significados pelo

narrador a sua experiência. Não há como, nem por que afastar a subjetividade.

A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados (idem: 2).

Portelli ressalta que Douglass insistia em falar por si mesmo, e nesta fala aparece o significado subjetivo; por exemplo, o da diferença entre os feitores de escravos, em que observava que um deles desempenhava com desprazer seu violento dever, transparecendo ao ex-escravo que aquele reconhecia a humanidade dos que deveria açoitar. A subjetividade do feitor mais “humano” e a interpretação de Douglass “se transforma agora num *fato* histórico de grande importância, pois contribui para fundamentar a subjetividade antagonista de Douglass, sua *filosofia* de resistência e crítica à escravidão” (idem: 2). A subjetividade não é uma interferência incômoda, mas sim a contribuição mais rica das memórias e fontes orais. No entanto, o fato de ser subjetivo não impede a vinculação do que é narrado e de seus significados com a subjetividade que vai além do indivíduo, como manifestação do discurso definido e aceito socialmente. Nos textos dos relatos orais ou dos diálogos de entrevista, individual e social se fundem. Neste sentido, é possível escutar, através das narrativas singulares dos entrevistados, as vinculações com o contexto mais amplo de significados, ou seja, o social ali imbricado. O desafio para o entrevistador é o de não se colocar frente ao entrevistado como aquele que vai ser “estudado”, mas sim como quem busca apenas “aprender um pouquinho” (Portelli, 1997b). Isto implica tratar o entrevistado não como uma fonte de informações úteis à

pesquisa, mas como uma pessoa, que merece respeito. Aliás, respeito vem de *re-specto*, que significa olhar de novo, ver o outro a partir dele mesmo, de como se mostra, e não a partir das questões aprioristicamente colocadas pelo pesquisador. Portelli (1997 a) lembra que a história oral espera que “o povo (...) se movimente e fale por si mesmo” (idem: 26), o que é temido pela academia, desejosa do controle da racionalidade escrita, como se pudesse separar escrita e oralidade. Defende a especificidade da fonte oral, que está além de um mero suporte do texto escrito.

Uma vez que fontes orais são *orais*, ressalta a importância do cuidado com a transcrição das entrevistas gravadas, a qual já é uma interpretação, independentemente do método utilizado para transformar o que foi ouvido em algo visual. Para Portelli (idem), a transcrição literal não é a melhor; ao contrário, uma transcrição considerada fiel implica sempre invenção. Um outro problema enfrentado na transcrição é a pontuação, que, se por um lado é necessária a fim de torná-la legível, por outro, porta o risco de aprisioná-la a regras gramaticais. O tipo de pausa só pode ser percebido quando se ouve a narrativa, não quando se lê. Da mesma forma no tom, volume e ritmo do discurso popular – em geral mais musical, mais rico em entonações e sons do que o discurso “intelectualizado” da classe média –, há significados e conotações implícitas que não podem ser reproduzidas na escrita, a não ser em uma notação musical.

Em uma narrativa, não importa se o que foi narrado aconteceu de fato, importa o que é contado. O texto da narrativa já é, por si só, um fato. O que interessa não é sua fidelidade aos fatos, mas, ao contrário, seu afastamento, que permite a invenção. Não terá, por isto, menos credibilidade que a fonte escrita, que, aliás, transmite fontes orais não identificadas, muitas vezes de forma distorcida. Logo, não há objetividade nas fontes orais, como não há nas fontes escritas. O entrevistador já possui referências prévias, interfere sobre o entrevistado com sua expectativa acerca do que quer ouvir, assim como é observado pelo narrador. A fim de evitar que a fala do entrevistado

apenas revele o entrevistador e sua pesquisa, Portelli (1997a: 35) sugere: “O primeiro requisito (...) é que o pesquisador ‘aceite’ o informante e dê prioridade ao que ela ou ele deseje contar de preferência ao que o pesquisador quer ouvir, reservando algumas questões não respondidas para mais tarde ou para outra entrevista”.

Não existe neutralidade no contato entrevistador-entrevistado, ambos constroem o produto final da entrevista; por isso a voz do pesquisador deve aparecer no texto, evitando a distorção na fala do narrador. Cada entrevista é singular, pela relação que se estabelece; uma entrevista feita com o mesmo narrador por outro pesquisador seria *outra entrevista*.

Ao comentar sobre a postura ética do entrevistador, Portelli (1997b) conta o que costuma fazer, não define regras fixas e universais a serem usadas por todos. Faz sugestões bem mais leves do que, por exemplo, a imposição dos comitês de ética acadêmicos de utilizar o temível, (para entrevistador e entrevistado) “termo de consentimento livre e esclarecido”, no sentido de proteger o entrevistado contra a manipulação da sua fala e o entrevistador de determinadas reivindicações do entrevistado. São elas:

- assumir o compromisso de não usar o relato de forma que prejudique o entrevistado ou lhe desagrade;
- firmar e gravar um acordo verbal que dê garantias a ambas as partes, evitando a burocratização;
- respeitar o entrevistado e o material conseguido;
- comprometer-se com a busca da verdade e a abertura a sua multiplicidade;
- considerar a memória como processo singular, a “voz” do entrevistado, evitando usar o relato de forma impessoal, sem identificar *quem* falou sobre *o que*;
- respeitar o valor e a importância de cada indivíduo;

- esforçar-se por criar um espaço dialógico, em que o próprio entrevistado estabeleça seus limites e tome decisões sobre o que falar, um espaço de luta pela igualdade;

- comportar-se bem em uma entrevista, o que não é uma técnica a ser aprendida em manuais. Ser educado, cortês, ouvir, iniciar uma conversa pode levar as pessoas a nos contarem histórias, o que não implica sentir-se na obrigação de concordar com o interlocutor todo o tempo;

- saber que não é possível manter-se neutro e distante, sem interferir;

- não temer falar de si e responder a perguntas que lhe forem feitas;

- aprender com o outro em lugar de pretender estudá-lo;

- lembrar-se de que não entrevista fontes e sim pessoas;

- reconhecer que o resultado da entrevista é sempre um texto de múltiplas vozes, que são as interpretações do narrador, do pesquisador e do leitor, as quais não precisam chegar a um fechamento, uma conclusão, pois continuam indefinidamente;

- perceber outro sentido para a restituição dos resultados da pesquisa, que não se reduza à tentativa de aliviar a consciência da culpa por acreditar ter usado as pessoas e seus relatos e “ido embora” em seguida, ou à devolução ao narrador daquilo que ele já sabe. A restituição pode ser exercida no ato de levar a voz do narrador para fora, para além do contexto onde foi emitida.

Conclusão

Os cuidados adotados por Alessandro Portelli como historiador oral são pertinentes ao pesquisador de qualquer outra área que utilize entrevistas, e também ao psicólogo em sua prática cotidiana de ouvir e (por que não?) contar histórias. Ajudam a pensar outras formas do uso da entrevista, a ficar mais à vontade nos encontros que acontecem para ouvir as narrativas, sem a preocupação de desempenhar o “papel do psicólogo” pré-definido como

neutro, distante, asséptico, preocupado apenas com uma interioridade psíquica encapsulada, abstrata, apartada do mundo, de suas cores, sons, cheiros e movimentos. Antecedendo qualquer enquadramento teórico-metodológico, uma entrevista será sempre uma conversa entre duas pessoas que se encontram e, ao mesmo tempo, uma forma de resistir ao emudecedor esquecimento-desenraizamento que ameaça o homem contemporâneo.

Cristine Monteiro Mattar
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
cristinemattar@ig.com.br

Referências Bibliográficas:

BAPTISTA, Luis Antônio. A escuta surda. O indivíduo. Em *A fábrica de interiores. A formação psi em questão*. Niterói: EdUFF, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. *Turista e vagabundos*. Em *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BENATTI, Antonio P. História, ciência, escritura e política. Em: RAGO, M. e GIMENES, R.A.O. (orgs.) *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Unicamp/IFCH, 2000.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Em BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão, a desfiliação - Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (org.) *Saúde Loucura* nº 4. São Paulo: Hucitec, 1993 [1991], pp. 21- 48.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à História da Filosofia: dos Pré-socráticos a Aristóteles*. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. Campinas: Papirus, 1990.

LIPOVETSKY, Gilles Os tempos hipermodernos. São Paulo: Editora Barcarola, 2004.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História n.º. 14, fev/1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História 15. Ética e História Oral. abril/1997.

_____. A filosofia e os fatos. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n.º. 2, 1996. Mimeografado.

RAUTER, Cristina. O psicólogo e sua inserção na área de saúde. Revista do Departamento de Psicologia, UFF, V. 7, n.ºs 2 e 3, 1995.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Alucinando Portelli. Celebração do amor entre um historiador (oral) e seu leitor. Mnemosine, v. 1, n.º 1, 2005.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TAVARES, Marcelo. A entrevista clínica. Em CUNHA, Jurema Alcides. A. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2000.

¹Pipa

² Guattari (2000) cria o termo para ressaltar que, além das sociedades qualificadas como capitalistas, também setores do Terceiro Mundo ou do capitalismo periférico, assim como as economias ditas socialistas, vivem uma espécie de dependência e contradependência do capitalismo.

³ Serviço de Proteção ao Crédito.

⁴ Expressão inspirada em COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Guardiães da Ordem - Uma Viagem pelas Práticas Psi no Brasil do "Milagre". Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

⁵ Professor de Literatura Americana da Universidade de Roma, La Sapienza.